Altera a Lei n° 6.259, de 30 de outubro de 1975, que

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

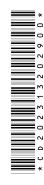
Art. 1°. Esta lei altera a Lei n° 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências e a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 para criar o Conselho Gestor do Programa Nacional de Imunizações e garantir o acesso da população a medicamentos e vacinas registrados pelo órgão sanitário responsável.

Art. 2°. A Lei n° 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar com acrescida dos sequintes artigos:

"Art. 4-A Fica instituído no âmbito do Ministério da Saúde o Conselho Gestor do Programa Nacional de Imunizações que subsidiará o Ministério da Saúde na elaboração do Programa Nacional de Imunizações, e na definição do calendário nacional de vacinações, inclusive as de caráter obrigatório.

"Art. 4-B O Conselho Gestor do Programa Nacional de Imunizações terá a seguinte composição:

- I- Ministro de Estado da Saúde;
- II- Representante do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde CONASS:
- III- Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde CONASEMS:
- IV- Representante da Sociedade Brasileira de Imunizações;
- V- Representante do Conselho Nacional de Saúde;
- VI- Representante eleito pela Câmara dos Deputados;
- VII- Representante eleito pelo Senado Federal.
- §1° O mandato dos representantes será de 3 (três anos), admitindo a recondução por um igual período.
- §2° A eleição dos representantes será de responsabilidade de cada uma das organizações previstas.
- §3° Caberá ao Conselho Gestor contribuir na aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa Nacional de Imunizações por lei orçamentária, bem como a incorporação de novas vacinas.
- §4° O Conselho Gestor deverá se reunir no mínimo semestralmente.
- §5° Em até 30 dias após a aprovação desta Lei, o Conselho Gestor deverá elaborar regimento interno.
- §6° As reuniões e atividades do Conselho Gestor deverão ser públicas, sendo assegurada a transmissão on-line e a publicização de todos os seus atos, em localização específica no sítio eletrônico do Ministério da Saúde.
- §8° A coordenação do Conselho Gestor será definida nos termos do Regimento Interno, sendo assegurado a todos os membros participantes a possibilidade de exercer essa atividade.
- Art. 3. A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 passa a vigorar acrescida do seguinte artigo.
 - Art. 7-A É direito de todos o acesso a quaisquer medicamentos e vacinas contra a COVID-19 registrados no órgão sanitário responsável e dever do Estado o seu fornecimento na rede pública de saúde de acordo com as suas especificidades.



Art. 4º Com relação ao art. 3º esta lei entra em vigor na data de sua publicação e com relação às demais alterações em 30 dias à partir da sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações – PNI é um dos principais alicerces do nosso Sistema Único de Saúde, sendo reconhecido em todo o mundo, por sua abrangência e efetividade e contribuindo de forma significativa na construção de uma sociedade mais saudável e na redução de diversas comorbidades e garantindo a vida para milhões de brasileiros.

Contudo, o PNI tem tido diversas dificuldades na efetivação do seu objetivo, com o decréscimo das taxas de coberturas vacinais e uma forte politização de questões científicas, possibilitando intransigências e interferências críticas na incorporação de novas terapêuticas e diminuindo sua credibilidade junto à população.

Ademais, o Sistema Único de Saúde tem na sua essência, elementos de uma gestão democrática e participativa, garantindo a contribuição de uma pluralidade de atores em sua efetivação e na sua agenda diária.

Desta forma, apresentamos este projeto, de modo a assegurar a democratização da agenda do Programa Nacional de Imunizações, além de também, buscarmos garantir o resgate do seu caráter ético e técnico, que passa segurança a toda a população.

Destaca-se que essa legislação visa atender uma necessidade de atualização da Lei que dispõe sobre o PNI, já que foi instituído antes da efetivação do Sistema Único de Saúde.

Outro aspecto importante deste projeto é o da incorporação de tratamentos e vacinas contra à COVID-19 como Direito a todos os brasileiros e garantindo a obrigatoriedade do estado fornecer, desde que aprovados nas autoridades sanitárias competentes, ou seja, desde que assegurada a sua eficácia e efetividade.

Por todo o exposto, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta proposição

Sala das Sessões, <u>em, 29 de outubro de</u>

2<u>020.</u>_____

ALEXANDRE PADILHADeputado Federal PT/SP

